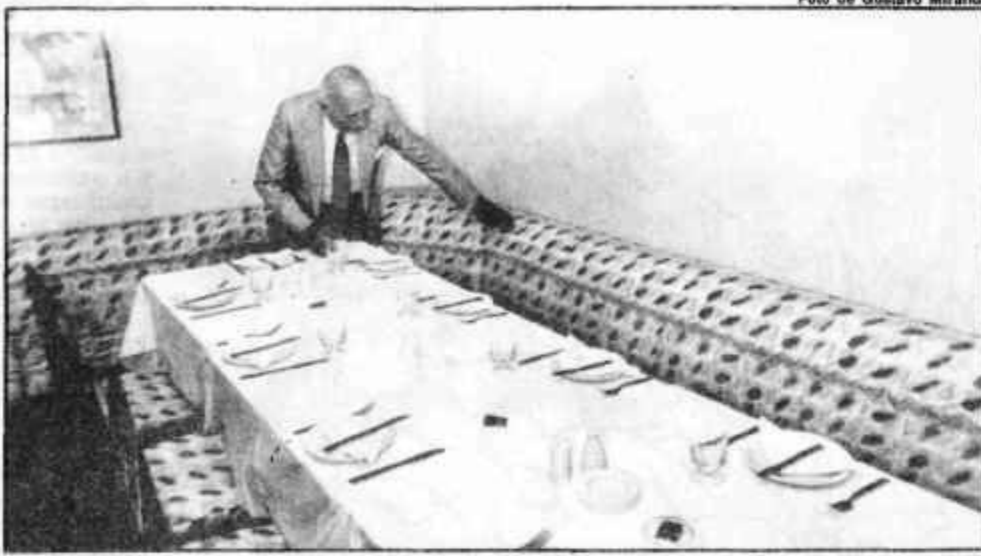


Ulysses deseja Presidencialismo 'com temperos'

BRASILIA — O Deputado Ulysses Guimarães declarou-se "simpático ao Presidencialismo", a partir de uma fórmula "com temperos parlamentaristas". Ele revelou que já conversou sobre sistema de Governo com o Presidente Sarney, que também tem se mostrado favorável ao Presidencialismo, com o fortalecimento do Legislativo.



Ulysses Guimarães chega ao restaurante Plantella para almoço informal com jornalistas

Ulysses disse que "respeita o Parlamentarismo", até porque participou de uma experiência brasileira — com João Goulart —, mas rejeita a fórmula por vários motivos:

— Quando se fala em Parlamentarismo, eu penso logo no Funrural (cargos municipais da Previdência Social que são disputados a ferro e fogo entre os Deputados do PMDB e do PFL). E conclui: assim cai o Gabinete — análise, bem-humorado.

O Presidente da Constituinte entende ainda que o sistema parlamentarista, para ser implantado no Brasil, deve ser estendido também aos Estados. Além disso, a fórmula parlamentarista beneficiaria os políticos da região sul do País, que são maioria.

— Com o Parlamentarismo, eu mesmo poderia ser beneficiado, por-

que sou de Estado do Sul. Mas quando fariamos outro Primeiro-Ministro do Maranhão? — disse, brincando, referindo-se à terra do Presidente Sarney.

Para o Deputado, o Presidencialismo para o Brasil deveria vir com o fortalecimento do Legislativo. E apresenta algumas sugestões: a obrigatoriedade de o Executivo responder a requerimentos de informações de parlamentares no prazo de 30 dias, prorrogáveis por mais 30. Transcorrido o prazo, o funcionário do Governo que não respondeu ao requerimento deveria ser enquadra-

do em crime de responsabilidade. — É uma Comissão Parlamentar de Inquérito rápida — disse Ulysses.

Ele sugere a criação da figura do Ministro de Coordenação entre o Executivo e o Legislativo, com atribuições específicas, que poderia ser destituído pelo Parlamento, através da aprovação de uma moção de desconfiança. E, ainda, como forma de fortalecer o Legislativo, que fosse aumentado o elenco de funcionários do Governo, que precisariam da aprovação do Congresso para serem nomeados. Mas não citou quais. E a per-

missão para a convocação de Ministros de Estado pelas comissões técnicas da Câmara e Senado, a exemplo do que ocorre nas comissões do Senado dos Estados Unidos. Durante a conversa com os jornalistas, o Deputado Ulysses Guimarães deixou claro que será difícil aferir a posição do PMDB sobre a duração do mandato do Presidente José Sarney, com a rapidez que deseja o próprio Presidente — no prazo de um mês, para que faça a viagem à China, Índia e Angola, prevista para maio, conhecendo o que pensa o PMDB sobre o seu mandato.

— Será um parto difícil — disse Ulysses, que evitou falar como pretende saber a posição do partido sobre a questão.

O Presidente da Constituinte afirmou que "são grandes as chances" de a Aliança Democrática ser mantida para a eleição do sucessor do Presidente Sarney, acrescentando que isso "convém aos dois partidos, o PMDB e o PFL".

— Já fizemos uma Aliança, escrevemos um documento. Acho que temos muitos pontos de contato — afirmou Ulysses que, nos últimos dias, tem insistido na necessidade de manutenção da Aliança Democrática.

Perguntado sobre a possibilidade de fazer uma "dobradinha" com o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, para concorrer à Presidência, Ulysses desconversou:

— Em tese, nos aproximamos muito. Mas nunca falamos nisso.

Sem computadores, parlamentares gastariam 83 somente dias votando

BRASILIA — Pelos cálculos da equipe técnica da Câmara, se os constituintes tiverem que votar duas mil emendas pelo sistema tradicional (chamada nominal), levarão exatamente 83 dias ininterruptos votando, sem pausa para almoço, jantar ou café. Cada chamada nominal leva, no mínimo, uma hora. Para evitar que qualquer problema técnico interrompa as votações da Constituinte, a Câmara resolveu comprar dois sistemas de computadores: um deles estará pronto para substituir o outro imediatamente.

Um moderno terminal de computador em cada mesa do plenário, especialmente programado para evitar qualquer erro ou tentativa de fraude nas votações: é com esse sistema, comprado pela Câmara por CZ\$ 31 milhões, que os novos constituintes vão definir a futura Carta. A decisão de instalar o equipamento até julho se baseia na seguinte pesquisa, entregue à cúpula da Constituinte: não há condições de se votar a Constituição esse ano, sem a ajuda do sistema eletrônico.

Os preparativos para a instalação começaram esta semana e ontem os técnicos já montavam a distribuição do sistema. O equipamento, de fabricação nacional, é composto de dois micros PCXT, com 640 K de memória, cada, e 459 terminais. Esse sistema tem capacidade mil vezes maior do que o antigo computador — um

AEG 6010, importado, com apenas 32 K de memória —, e permitirá votações consecutivas, sem qualquer problema, garantem os técnicos.

Mas, para os parlamentares, a novidade mesmo está nos terminais de mesa — cada um com 4 K de memória — e o painel eletrônico, que indicará os votos e o resultado final. Já prevenindo confusão na hora da votação, os terminais foram programados para indicar aos Deputados qualquer erro na hora de votação. Assim, quando um parlamentar registrar o código de outro, uma luz no seu terminal acusará imediatamente "código duplicado".

No caso de voto errado, aparecerá "código errado, redigite". Há ainda outra possibilidade: "posto defeituoso", o que indica problema técnico no terminal. Para impedir que um parlamentar registre o código do outro que está ausente, os técnicos inventaram o seguinte artifício: além do número de inscrição, cada constituinte terá um código secreto. E a votação só vai valer quando os dois números (de inscrição e o secreto) estiverem registrados corretamente.

Como só serão instalados 459 terminais, mas não existem cadeiras suficientes para todos, será colocado um terminal volante, entre as mesas das taquigrafas, para que os constituintes que ficarem sem mesa possam votar.

Presidente cancela até recesso para apressar nova Carta • Subcomissão decide visitar as áreas onde conflitos de terra são intensos

BRASILIA — O Presidente da Constituinte e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, entende que todo o esforço deve ser empreendido para que a nova Constituição fique pronta ainda este ano. Está disposto a não ceder um dia sequer de recesso para a Constituinte no mês de julho e, a partir da conclusão dos trabalhos das comissões, quando o texto preliminar for encaminhado ao plenário, pretende convocar sessões nos fins de semana e feriados, nos períodos da manhã, tarde e noite.

A seu ver, a Constituinte tem proeminência sobre o Executivo e pode tudo, "fazer a monarquia, abolir a Federação".

Mas na transição que o País vive, deve ser institucional e não contingencial e, ainda, ter o senso de hierarquia, "caso contrário, vira bagunça, vira anarquia".

Ele afirmou que a nova Carta deve ser sucinta, com aproximadamente 200 artigos, tratando dos problemas de forma global e deixando o detalhamento para a legislação complementar, que seria aprovada em 1988.

"Precisamos fazer uma Constituição sintética, não analítica", frisou. Ulysses disse que durante os tra-

abalhos da Constituinte pretende dedicar-se à discussão da reforma do Judiciário, sua preocupação antiga, por entender que a Justiça no Brasil "é morosa, tardia, e muito cara para o pobre". Ressaltou, entretanto, que suas afirmações não eram uma crítica ao Judiciário. "Em minha experiência aprendi que pode-se brigar com o Sarney, mas nunca com um Juiz. Se você cai nas mãos dele...", brincou.

A definição dos tributos, para Ulysses Guimarães, será um dos pontos mais polêmicos da Constituinte, porque envolve "interesses de todos". Em sua opinião, deve haver ampla reforma nessa área pois, da forma como está, "o pobre é o mais sacrificado — é quem paga o Deputado, o General, o Presidente da República, a máquina administrativa". Ele lembrou que hoje há predominância do imposto indireto sobre o Imposto de Renda. E ressaltou: "O

pobre paga pelo leite o mesmo imposto que paga o rico. Isso não pode continuar".

A noite, Ulysses reuniu-se com o Deputado Euclides Scalco e os Senadores Severo Gomes e José Richa na residência do Ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer. Com eles conversou, de acordo com uma fonte, sobre a sua intenção de "colocar o pé no acelerador", em termos de Constituinte. Mais uma vez disse que não atenderá a pedidos de prorrogação dos prazos finais para a entrega dos trabalhos das comissões, que poderão ser feitos por Relatores ou Presidentes. Segundo Euclides Scalco, o resultado dessa decisão poderá levar ao dispositivo do Regulamento Interno que dá inteira liberdade aos Relatores para o parecer final sobre cada matéria, no caso de as comissões não completarem a sua parte.

A idéia das visitas foi aceita pelos parlamentares que vão elaborar o roteiro na primeira reunião da Subcomissão, marcada para o dia 22, depois da Semana Santa. Além do Bico do Papagaio, os integrantes da Subcomissão deverão visitar os projetos de colonização de Rondônia e Mato Grosso e a fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul, ocupada por grupos de sem-terra da região.

Foram relacionadas ainda as entidades que serão convocadas para prestar depoimentos à Subcomissão. Entre elas estão a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Associação Brasileira para a Reforma Agrária (Abra), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Embrapa, a Embrapa e a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA), o Inkra e o Ministério da Reforma Agrária.

A sugestão foi apresentada pela Deputada Irma Passoni (PT-SP), sob o argumento de que será impossível aos constituintes deliberarem sobre a questão agrária sem testemunharem, in loco, a situação de conflito e tensão em diversos Estados. Ela sugeriu, como primeira visita, a área situada ao Norte de Goiás, conhecida como Bico do Papagaio, que abrange a região de Marabá, na divisa com o Pará.

Ministro desmente golpe e reafirma que militares fortalecem poder civil

BRASILIA — A falta de clima para um golpe militar foi reafirmada ontem pelo Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes, depois da cerimônia de entrega de espadas aos novos Oficiais Gerais.



Leônidas Pires, à direita, cumprimenta Nilton Cerqueira

O Ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, preferiu não falar. Seu Porta-Voz, o Chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, General Olavo Guimarães, disse que a posição do Ministério já é conhecida através de ordens do dia e entrevistas anteriores do Ministro Leônidas reafirmando as metas de afastamento da política e de melhoria do nível profissional da Força.

Segundo o General, "não se pode traçar um paralelo da situação atual com a de 1964". — Naquela época o Governo esta-

va contra o povo, organizando e fomentando greves. A única coisa em comum é a situação econômica difícil, mas tudo deve melhorar.

A entrega de espadas aos novos Oficiais Gerais foi realizada no Salão Nobre do Clube do Exército. O General de Brigada Nilton Cerqueira, por exemplo, teve como paraninfo o Ministro Leônidas Pires Gonçalves.

Além dele, receberam espadas os Generais de Brigada Wladir Cavalcante, Sérgio Bergamaschi, Nelson de Almeida Querido, Sérgio Lopes Coutinho, João Luiz Saraiva de Castro, Gleuber Vieira, Curt Dietzold, José Antônio Belham, Domingos Gazzaneo, Francisco Pamplona, Pericles Ferreira Gomes, Antônio Real Martins e José Saldanha Fábrega.

Na saudação, feita pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fernando Valente Pamplona, os novos Generais foram convocados a colaborar "nos sacrifícios ora impostos, que levarão à prosperidade nacional". O discurso destacou também que o "momento atual é de rara significação, pois se respira a atmosfera da elaboração de uma nova Constituição e se buscam novos rumos para a política econômico-financeira do País".

Gratificação para servidor à disposição

BRASILIA — Os funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que prestarem serviços à Assembleia Nacional Constituinte receberão uma gratificação mensal de CZ\$ 5.000 a CZ\$ 16.000,00, de acordo com o serviço que prestarem. A medida deverá entrar em vigor a partir do próximo dia 21, depois de sua publicação no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.

O Diretor-Geral da Câmara, Ademar Sabino, a quem foi delegada competência para regulamentar essa decisão da Mesa — que não precisa ser apreciada pelo plenário da Constituinte — deverá encontrar-se hoje com o Diretor-Geral do Senado, Passos Porto, para juntos definirem quem receberá os benefícios. Ele já avisou que não vai aceitar pressões para incluir nomes de funcionários que efetivamente não prestem serviços à Assembleia. Para isso, afirmou contar com forte apoio do Presidente da própria Constituinte, Ulysses Guimarães.

Sabino adverte que os funcionários que receberem as gratificações deverão ficar à disposição da Constituinte. Isso significa que deverão estar prontos para trabalhar aos sábados e domingos, quando forem convocados por qualquer membro da Assembleia. Os assessores e secretários das comissões e subcomissões e os funcionários do setor de xerox e do plenário deverão ser os beneficiados com as gratificações.

Haverá plantão de servidores até às 23 horas, todos os dias, para que os constituintes possam ter acesso às bibliotecas do Senado e da Câmara, bem como às máquinas de xerox e a outros setores que se fizerem necessários ao trabalho da Assembleia.